**1º WEBNAR SOBRE IMPLANTAÇÃO DO PJECOR**

**25/6/2019 – 9h**

Quero iniciar este evento agradecendo a todas e a todos que aqui comparecem, trazendo uma passagem do livro da sabedoria que nos ensina “Ninguém pode viver isolado. Como é bom e agradável quando os irmãos convivem em união” (Salmos 133:1-3).

Nestes tempos de grave crise sanitária, a própria noção do que é união e do que é isolamento foram profundamente alteradas. A pandemia da Covid-19 nos forçou a pensar em outras formas de nos mantermos unidos, em outras formas de manter esse contato tão necessário para o desenvolvimento de nossas atividades profissionais, sociais e pessoais.

Hoje, podemos afirmar que a tecnologia cada vez mais se firma como meio essencial para manter o mundo funcionando. É através da tecnologia que nos mantemos próximos de nossos amigos, familiares e colegas de trabalho, mesmo estando à distância. Por isso, dentro do conceito desse “novo normal” que está sendo construído, a fraternidade, a união e a solidariedade não perderam espaço, nem foram suplantadas pelas máquinas. Ao contrário, encontramos na tecnologia um meio seguro de podermos continuar a manter o contato humano. As máquinas, redes e os sistemas têm sido instrumentos de aproximação daqueles que estão fisicamente afastados.

E é dessa forma, utilizando as facilidades criadas pela tecnologia, que hoje conseguimos superar os desafios que a pandemia coloca e nos reunimos aqui para discutir e trocar experiências sobre o sistema de processos judiciais eletrônicos das corregedorias, o PJeCor.

O PJeCor, sistema informatizado de tramitação de processos de competência das corregedorias, vem para padronizar e uniformizar a atuação das corregedorias judiciais, e consiste justamente em um desses instrumentos tecnológicos destinados a ajudar problemas enfrentados diariamente pelas corregedorias judiciais.

Há alguns anos, uma situação de pandemia e de necessidade de isolamento social como a que estamos vivendo levaria à paralisação quase total das atividades do Poder Judiciário, uma vez que sem contato próximo entre juízes, servidores, advogados e partes, era praticamente impossível se pensar no exercício da atividade jurisdicional. Hoje, graças aos avanços tecnológicos, estamos conseguindo manter e, em alguns casos, até aumentar a produtividade no Poder Judiciário.

Entretanto, ainda há situações em que as corregedorias continuam a tramitar processos físicos. Ainda há unidades que fazem uma gestão manual, quase artesanal, dos processos em trâmite. A atual situação só veio reforçar ainda mais a necessidade urgente de que essa situação seja superada, por meio da utilização de um sistema pensado e desenhado para atender às necessidades das corregedorias.

Em todo o Poder Judiciário, as mudanças tecnológicas já começam a alterar as rotinas de trabalho e de julgamento. Os processos judiciais em meio físico estão dando lugar aos processos eletrônicos virtuais. Cartórios e secretarias unificadas têm sido criados por todo o País. A inteligência artificial está sendo gradualmente aplicada aos processos eletrônicos; o teletrabalho dos servidores já foi regulamentado pelo CNJ e já é uma realidade em diversos órgãos do Poder Judiciário, sob o comando seguro do Ministro Dias Toffoli. São esses fatores que demonstram que é preciso seguir em frente, se ajustando ao curso da evolução e fazendo com que as inovações tecnológicas sejam instrumentos de aproximação das pessoas, de prestação jurisdicional célere e de qualidade.

Já tive a oportunidade de, mais de uma vez, ressaltar que não devemos temer as inovações. De fato, as mudanças tecnológicas que estamos vivenciando não implicam que os advogados e os magistrados serão substituídos por máquinas, pois o trabalho jurídico criativo ainda vai demandar a atuação de seres humanos, mesmo em longo prazo.

O que está em processo de franca decadência é a utilização do ser humano para a prática de atos mecânicos e corriqueiros, como a juntada de petições, a aposição de carimbos, a numeração de páginas, a contagem manual de prazos etc.

Todas essas atividades burocráticas e mecânicas, que demandavam um considerável tempo e um grande contingente humano, estão com seus dias contados. Com a virtualização do processo, não será mais necessário cumprir tarefas extremamente repetitivas. Não haverá mais necessidade de autuar os processos, furar, numerar as folhas, carimbar e grampear. Com isso, será possível deslocar a força de trabalho dessas atividades para aquelas que realmente importam, relacionadas diretamente com as atividades finalísticas do Poder Judiciário.

A implantação do processo eletrônico, assim, trará como consequência a necessidade de reestruturação da distribuição da força de trabalho. Também será necessário qualificar os operadores para adequá-los à nova realidade.

Assim, também nas corregedorias é preciso que nos preparemos adequadamente para operar nesse novo ambiente. Por isso, é necessário planejar esse processo de modernização, capacitar e atualizar os magistrados e os servidores e, acima de tudo, criar um ambiente organizacional aberto às inovações que a tecnologia proporciona e a sociedade exige.

As mudanças, para serem bem sucedidas, exigem dedicação e engajamento coletivo, seja para planejar o sistema, seja na fixação de metas, seja para acompanhar seu cumprimento e evolução. Todas essas etapas são imprescindíveis para o desenvolvimento de um sistema concreto e seguro aos usuários.

O desenvolvimento do PJeCor se deu em um ambiente colaborativo, com um projeto piloto que incluiu diversos tribunais e que serviu para a depuração de erros e falhas existentes. Por certo ainda há muito a ser feito, mas, no atual estágio de desenvolvimento do sistema, já é possível afirmar-se plenamente que se trata de uma iniciativa exitosa, que certamente ajudará as corregedorias e fomentará a criação de um sistema correicional orgânico, que atue de forma harmônica, célere e eficiente, onde a troca de informações poderá ser feita na velocidade de um clique.

Obviamente a tecnologia, por si só, é incapaz de resolver todos os desafios relacionados à prestação de jurisdição em um país como o nosso, mesmo quando se tem em mente a realidade e as necessidades das corregedorias. Entretanto, ela é certamente uma ferramenta imprescindível para que possamos enfrentar corretamente esses desafios.

A implantação do PJeCor é uma tarefa que ajudará as corregedorias a darem um importante passo rumo a uma realidade onde todos poderemos efetivamente marchar juntos, facilitando a troca de experiências e reunindo esforços de todos em torno de um mesmo objetivo. A padronização dos procedimentos e a reorganização estrutural das corregedorias podem ser efeitos a serem atingidos a partir da implementação de um sistema único.

Hoje teremos oportunidade de ouvir as experiências de implantação do PJeCor nas corregedorias dos Tribunais do Rio Grande do Norte e do Pará, respectivamente com os Juízes Diego Cabral e Kátia Sena, que indicarão os desafios e dificuldades por eles encontrados e apresentarão as soluções construídas, o que certamente ajudará a todos os demais tribunais a seguirem esse caminho exitoso.

Além disso, na parte da tarde, teremos uma apresentação mais técnica, relacionada à regulamentação da implantação e ao papel das diversas áreas dos tribunais na implantação do sistema, feita pelo servidor Paulo Porto, da TI do Rio Grande Norte, e com a apresentação dos desenvolvimentos futuros do sistema pelo Juiz Braulio Gusmão, auxiliar da presidência do CNJ.

Como se vê, o evento é uma forma de, diante desse novo cenário, levar adiante o projeto de informatização e padronização da atuação das corregedorias, devendo ser ressaltado que o presente Webnar já conta com quase mil inscritos, o que torna ainda mais evidente como a tecnologia pode de fato facilitar o contato e aproximar aqueles que estão fisicamente distantes. Que os trabalhos sejam proveitosos a todos!

Por fim, quero aqui finalizar prestando uma homenagem às mais de 50.000 famílias que sofreram perdas irreparáveis nessa pandemia. São pais, mães, filhos e amigos que perderam a luta contra esse vírus, e para eles quero finalizar mais uma vez trazendo a palavra do Livro Sagrado, que servirá de norte para nos confortar e dar-nos força para vencermos essa batalha.

“Cura-me, Senhor, e sararei; salva-me, e serei salvo; porque tu és o meu louvor.” (Jeremias 17:14)

Por isso, inspirado nessas palavras, desejo que este Webnar seja marcado pela coragem para enfrentar os desafios que virão e, sobretudo, que todos façam valer o seu tempo; que todos nós nos dediquemos de corpo e alma à causa da magistratura, que possamos travar o bom combate dos fortes e vitoriosos, que possamos dar a nossa contribuição e deixar a nossa marca na construção do país que todos nós queremos.

 Magistratura forte, cidadania respeitada.

 Sempre juntos, de mãos dadas em defesa da cidadania.